



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DISTRITAL DE IBATÉ
VARA ÚNICA
 Rua Albano Buzo, 367, Jardim Mariana, Ibaté - SP - CEP 14815-000

TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo nº: **0004551-86.2012.8.26.0233**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Violação de domicílio**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **Daniel Gonçalves Rodrigues**

Aos **13 de março de 2014**, às **14h00min**, na sala de audiências do Edifício do Foro Distrital de Ibaté, onde presente se achava o MM. Juiz de Direito, Exmo. Sr. **Wyldensor Martins Soares**. Presente o Promotor de Justiça, **Dr. Álvaro André Cruz Junior**. Apregoadas as partes verificou-se a presença do réu **Daniel Gonçalves Rodrigues**, acompanhado de seu advogado, **Thiago Augusto Soares – 232031/SP**. Presente, a vítima, **Amelia Valentina Moro**. Presente a testemunha de acusação: **Eduardo Henrique Faradezo**. Iniciados os trabalhos, com as formalidades legais, o MM. Juiz ouviu a testemunha presente e interrogou o réu, tudo conforme termos em apartados: *“todos gravado(s) em mídia eletrônica áudio-visual, nos termos do Provimento nº 23/2004 do Tribunal de Justiça de São Paulo (item 77 e seguintes do Capítulo II das Normas de Serviço Judiciais da Corregedoria Geral de Justiça), bem como com base no artigo 405 e parágrafos do Código de Processo Penal, com redação dada pela Lei 11719/08*. A seguir pelo Promotor de Justiça foi dito que desistia da oitiva da testemunha Sandra Maria, o que foi homologado pelo MM. Juiz. A seguir, de acordo com o artigo 402 do CPP, pelo MM. Juiz foi concedida a palavra às partes. A seguir passou-se aos debates que foram gravados em mídia áudio-visual. A seguir pelo MM. Juiz foi decidido: “

Trata-se de ação penal contra Daniel Gonçalves Rodrigues, pois no dia 21 de novembro de 2011, à tarde, entrou clandestinamente na casa de Amélia Valentina Moro Faradezo para retirada de equipamentos de transmissão da empresa SCW-Telecom Ltda.

A denúncia de fls. 01-d/02-d veio instruída com os documentos de fls. 02/50 e foi recebida aos 27 de setembro de 2013, conforme fls. 52.

Resposta à acusação em fls. 56/60, instruída com os documentos de fls. 62/69.

Ausentes hipóteses de absolvição sumária foi ratificado o recebimento da denúncia e designada instrução (fls. 70).

Aos 13 de março de 2014 foram inquiridas Amélia Valentina Moro Faradezo, Eduardo Henrique Faradezo e foi interrogado o réu, conforme termos e mídia audiovisual encartados nos autos.

O Ministério Público requer a improcedência da ação penal diante da ausência de provas acerca do dolo do denunciado que alega ter sido autorizado por pessoa que estava no interior da residência e que a questão foi discutida no âmbito



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DISTRITAL DE IBATÉ
VARA ÚNICA
Rua Albano Buzo, 367, Jardim Mariana, Ibaté - SP - CEP 14815-000

cível, com dilação probatória em que não foi provada a invasão domiciliar.

A defesa, por sua vez, reitera o pedido de improcedência da denúncia, endossando o posicionamento ministerial.

DECIDO.

A vítima foi ouvida em Juízo e disse que funcionários da SCW adentraram em sua residência para retirada de uma antena, sem que houvesse autorizado. Não sabe se foi o próprio réu quem adentrou no local. Sandra teria visto dois rapazes sobre o telhado.

Eduardo, filho da vítima, alega que tomou conhecimento dos fatos por Sandra, sua cunhada.

O réu informa que de fato foi ao local para fazer a retirada da antena, mas foi atendido por um senhor, com cerca de 60 anos que lhe acompanhou, autorizando a entrada no domicílio.

O panorama probatório não oferece a necessária certeza acerca da invasão do domicílio, especialmente considerando que no âmbito cível as testemunhas inquiridas também não souberam indicar com precisão as circunstâncias em que se deu o ingresso no imóvel.

A sentença proferida em âmbito cível reputou ausentes provas da invasão de domicílio e improcedentes os pedidos indenizatórios formulados com base em tal circunstância. O E. TJSP confirmou o entendimento deste Juízo.

O Ministério Público igualmente verifica a incerteza do quadro probatório, notadamente no que diz respeito ao dolo do denunciado.

Ex positis, **JULGO IMPROCEDENTE** a denúncia de fls. 01-D/02-D para **ABSOLVER DANIEL GONÇALVES DE ALMEIDA RODRIGUES**, pela prática do crime previsto no art. 150 do Código Penal, o que faço nos termos do inciso VII do art. 386 do Código de Processo Penal.

O Ministério Público está isento de custas.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DISTRITAL DE IBATÉ
VARA ÚNICA
Rua Albano Buzo, 367, Jardim Mariana, Ibaté - SP - CEP 14815-000

Adotem-se as providências necessárias para que não constem informações desfavoráveis ao réu em relação a este processo.

Após o trânsito, arquivem-se.

Publicada em audiência, saem intimados.

Registre-se e cumpra-se.

Recolha-se a precatória expedida às fls.81.

Nada Mais. Lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, Celia Vasconcelos de Oliveira, digitei e subscrevi.

MM. Juiz(a):

Dr(a). Promotor(a):

Dr(a). Defensor(a):

Ré(u):